

## POR ENTRE RIOS, ESTRADAS, FLORESTAS E CIDADES: formas de pensar e de fazer a Geografia Urbana e Regional na Amazônia (entrevista com Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior)

BETWEEN RIVERS, ROADS, FORESTS AND CITIES: ways of thinking and doing Urban and Regional Geography in the Amazon (interview with Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior)

ENTRE RÍOS, CAMINOS, BOSQUES Y CIUDADES: formas de pensar y hacer Geografía Urbana y Regional en la Amazonía. (Diálogos con Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior)

### Fagno da Silva Soares

Doutor em Geografia Humana (FFLCH/USP) e Doutorando em História Econômica (FFLCH/USP). Mestre em História do Brasil (UFPI). Pesquisador do Núcleo de Estudos de História Oral, da Universidade de São Paulo (NEHO/USP). Líder do CLIO & MNEMÓSINE - Centro de Estudos e Pesquisa em História Oral e Memória (IFMA), atua como professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA/Campus Açailândia). CLIO & MNEMÓSINE - Centro de Estudos e Pesquisa em História Oral e Memória (IFMA). Endereço: Rua Projetada s/n, Progresso, 65930-000, Açailândia, MA - Brasil. [fagno@ifma.edu.br](mailto:fagno@ifma.edu.br).

 0000-0002-0829-300X

### Gesiane Oliveira Trindade

Mestra em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/PPGDSTU/UFPA). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão [IFMA/Campus Açailândia]. CLIO & MNEMÓSINE - Centro de Estudos e Pesquisa em História Oral e Memória [IFMA]. Rua Projetada s/n, Progresso, 65930-000, Açailândia, MA - Brasil. [gesiane.trindade@ifma.edu.br](mailto:gesiane.trindade@ifma.edu.br).

 0000-0002-0453-4451

Recebido em: 16.09.2023.

Aceito em: 19.11.2023.

Publicado em: 20.12.2023.

### RESUMO:

Entrevista realizada em 27 de julho de 2020, com Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior, Professor Titular do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Durante a entrevista, o geógrafo amazônico tratou brevemente de sua trajetória pessoal e profissional e de como a Geografia o alcançou. Realizou reflexões sobre o ofício do geógrafo no século XXI, passando pelo temário da relação entre as políticas de desenvolvimento e o ordenamento territorial regional, da produção do espaço urbano e da urbanodiversidade, até o processo de fortalecimento dos estudos em Geografia da Amazônia e os efeitos de grandes projetos de desenvolvimento nas realidades locais. Por fim, falou particularmente das Geografias e Epistemologias do Sul com foco na Amazônia.

**PALAVRAS-CHAVE:** Amazônia. Geografia Urbana. Geografia Regional.

**Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior** é professor dos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), Gestão Pública (PPGGP) e de Formação de Especialistas em Desenvolvimento de Áreas Amazônicas (FIPAM), pertencentes ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Sua produção acadêmica gira em torno de temáticas da Geografia Urbana e da Geografia Regional da Amazônia, com destaque à teoria regional e regionalização e ao planejamento urbano e regional. É licenciado em Geografia (1986), bacharel em Direito (1988), bacharel em Geografia (1989), especialista em Análise Geográfica Aplicada à Amazônia (1987) e mestre em Planejamento do Desenvolvimento (1993) pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Concluiu doutorado

em Geografia Humana (1998) pelo Departamento de Geografia (DG) da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP) e realizou estágio de pós-doutorado em Políticas Urbanas (2006-2007) no *Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine* (Université Paris III/Sorbonne Nouvelle) e em Geografia Regional (2015-2016), no Laboratório de Estudos Regionais em Geografia (LERGEO), na USP. Foi Professor Visitante na *Christian-Albrechts-Universität zu Kiel* (CAU, Alemanha) e Professor Colaborador na Universidade Federal do Amazonas (UFAM), na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), na Universidade da Amazônia (Unama), no Centro de Estudos Superiores do Pará (CESUPA), na Universidade de São Paulo (USP) e na Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Ao longo de sua carreira acadêmica publicou mais de uma centena de artigos em coletâneas e periódicos nacionais e internacionais, assim como vários livros de sua autoria, coautoria ou sob sua organização que abordam assuntos urbano-regionais de um modo geral e sobre a Amazônia em específico. Participa do Conselho Editorial e Consultivo de importantes periódicos nacionais na área de Geografia, de Planejamento Urbano e Regional e Interdisciplinar, e mantém uma agenda de conferências e palestras em várias instituições de ensino e pesquisa da Amazônia e do Brasil. Ao longo de sua carreira, tem recebido homenagens e reconhecimentos, com destaque para o Prêmio Eidorfe Moreira de Geografia Regional, pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA, 2019); o *Prize-Winning Papers from the World's Planning School Associations*, pela *Global Planning Education Association Network* (GPEAN, 2013), o V Prêmio Milton Santos, pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR, 2011); a Medalha Condecorativa Pedro Teixeira, pelo Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP, 2005); e o I Prêmio NAEA de dissertação de mestrado, pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA, 1995). Atualmente é Professor Titular do NAEA/UFPA, líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Ordenamento Territorial e Urbanodiversidade na Amazônia (GEOURBAM) e sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP). Em sua produção geográfica intelectual destacam-se os seguintes livros de sua autoria, coautoria ou sob sua organização: *"O urbano e o metropolitano em Belém: (re)configurações socioespaciais e estratégias de planejamento e gestão"* (2019)<sup>1</sup>, *"Formação metropolitana de Belém: 1960-1997"* (2016)<sup>2</sup>, *"Atlas escolar: Pará, espaço geo-histórico e cultural*

---

<sup>1</sup> Trindade Jr., S-C. C.; Santos, T. V. (Org.) O urbano e o metropolitano em Belém: (re)configurações socioespaciais e estratégias de planejamento e gestão. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

<sup>2</sup> Trindade Jr.; S-C. C. Formação metropolitana de Belém (1960-1997). Belém: Paka-Tatu, 2016.

(2014)<sup>3</sup>, "Pequenas e médias cidades na Amazônia" (2009)<sup>4</sup>, "Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências" (2008)<sup>5</sup>, "Belém: a cidade e o rio na Amazônia" (2005)<sup>6</sup>, "Cidade e empresa na Amazônia: gestão do território e desenvolvimento local" (2002)<sup>7</sup>, "O espaço amazônico: sociedade & meio ambiente" (1997)<sup>8</sup>, "Produção do espaço e uso do solo urbano em Belém" (1997)<sup>9</sup>. O conjunto de sua extensa obra reverbera junto à comunidade geográfica, sobretudo junto aos pesquisadores interessados em refletir o urbano e o regional na compreensão geográfica do espaço amazônico.

*Fagno da Silva Soares (FSS): Bom dia, caro Professor Saint-Clair. Agradeço por sua disponibilidade para esta entrevista. Tomamos como mote inicial de nossa interlocução a sua trajetória pessoal e, seguidamente, a sua trajetória profissional. Penso que para compreender a figura do geógrafo, antes de tudo, temos de pensar sobre a pessoa de Saint-Clair. Assim, desejamos iniciar com sucintos relatos, ouvindo um pouco de sua história de vida desde a infância, de suas primeiras leituras e interesses e das motivações que o levaram à escolha da carreira de geógrafo, bem como a de bacharel em Direito. Pergunto-lhe, portanto, quem é Saint-Clair e o que o levou a enveredar por essas duas formações?*

**Saint-Clair Trindade Jr.:** Bom dia, Fagno. Muito obrigado pelo convite e pela oportunidade do diálogo. Antes de tudo, devo dizer que sou um amazônida, com sangue cabano, nascido no interior da floresta e à beira do rio, mas que desde os sete anos de idade fincou raízes na grande cidade, fazendo de Belém um de seus principais espaços de identidade e de pertencimento.

A minha opção pela Geografia aconteceu aos 16 anos de idade, quando prestei vestibular para a Universidade Federal do Pará (UFPA), no ano de 1983. Na verdade, sabia que queria seguir duas formações, uma no magistério, pela admiração que sempre tive

---

<sup>3</sup> Trindade Jr., S-C C. *et alii*. Atlas escolar: Pará, espaço geo-histórico e cultural. João Pessoa: Grafset, 2014.

<sup>4</sup> Trindade Jr., S-C. C. *alii* (Org.). Pequenas e médias cidades na Amazônia. Belém: ICSA/UFPA, 2009.

<sup>5</sup> Trindade Jr., S-C. C.; Tavares, M. G. C. (Org.). Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências. Belém: EDUFPA, 2008.

<sup>6</sup> Trindade Jr., S-C. C.; Silva, M. A. P. (Org.). Belém: a cidade e o rio na Amazônia. Belém: CFCH/EDUFPA, 2005.

<sup>7</sup> Trindade Jr., S-C. C.; Rocha, G. M. (Org.). Cidade e empresa na Amazônia: gestão do território e desenvolvimento local. Belém: Paka-Tatu, 2002.

<sup>8</sup> Trindade Jr., S-C. C. *et alii*. O espaço amazônico: sociedade & meio ambiente. Belém: NPI/UFPA, 1997.

<sup>9</sup> Trindade Jr., S-C. C. Produção do espaço e uso do solo urbano em Belém. Belém: NAEA/UFPA, 1997.

por essa profissão; outra no Direito, pelo interesse que tinha pela ideia de justiça social, influenciado que fui pela Teologia da Libertação nos movimentos de jovens dos quais participei na periferia de Belém. Como a UFPA permitia cursar duas graduações, desde que uma fosse bacharelado e outra licenciatura, decidi que iria prestar vestibular inicialmente para uma licenciatura e, no ano seguinte, prestaria o de Direito, por ser, na época, um dos mais concorridos da instituição. A dificuldade estava em qual curso de licenciatura eu iria me inscrever, pois me atraía o curso de História, o de Letras e o de Geografia, o que revelava a influência das humanidades em mim desde aquele momento de minha vida.

A opção pela História foi a primeira a ser descartada quando relembrei de alguns dissabores de uma avaliação de desempenho nessa disciplina, ainda no então segundo grau. Letras, descartei posteriormente. Afeito às boas leituras e sempre preocupado com a boa escrita por ter tido excelentes professoras de Português, ainda assim, tinha dificuldade em aceitar algumas normas gramaticais que, para mim, faziam pouco sentido. A decisão pela Geografia, portanto, deu-se, em parte, pela exclusão. Mas não só por isso, evidentemente. Sem dúvida, gostava de manusear os mapas clássicos e o globo terrestre, que me pareciam verdadeiras obras de arte; tinha sede de informações sobre os países, seus “acidentes geográficos”, suas cidades, seus lugares e, principalmente, suas gentes. Mas foi uma obra de Geografia de Desenvolvimento Econômico, entretanto, que chegou às minhas mãos no final do ensino médio, que me fez decidir pela Licenciatura em Geografia.

Afora isso, tinha sido estimulado, na vida cotidiana, a desbravar os espaços mediados por escalas geográficas, e meu mundo se alargava desde a Foz do Arapiranga, no Município de Bujaru, lugar onde nasci, até aqueles outros lugares para onde costumava viajar dentro da minha própria região que, para mim, sempre foi imensa. Desde muito cedo me atraía o conhecimento dos lugares, que me fazia aspirar ao desbravamento de outras paisagens e de outros espaços; razão, inclusive, que me levou a deixar, ainda criança, o meu lugar de origem para estudar em Belém, uma cidade que, no ano de 1974, quando a ela cheguei, iniciava o seu processo de metropolização. Foi assim que, com sete anos de idade, deixei o interior da Amazônia e me separei de meus pais e irmãos com o objetivo de cursar a terceira série primária, haja vista que esse nível de ensino no meu lugar de origem limitava-se às duas primeiras séries iniciais, cursadas em classe multisseriada, em sala de aula improvisada na varanda de minha casa em forma de palafita, com professoras muito dedicadas, cuja credencial para isso era terem concluído apenas o ensino primário.

*FSS: Professor Saint-Clair, como a Geografia Humana o encontrou? Conte-nos agora um pouco das influências teóricas que teve durante a graduação em Geografia, no mestrado em Planejamento do Desenvolvimento no NAEA/UFGA, no doutorado em Geografia na USP e em seu ingresso na docência. Quais teóricos dominavam a cena acadêmica na Geografia e como isso o afetou profissionalmente? Quais geógrafos/as e/ou outros intelectuais exerce[ra]m papel importante na sua formação inicial e no transcurso de sua trajetória acadêmica?*

**Saint-Clair Trindade Jr.:** após o ingresso nos dois cursos da UFGA, aquilo que buscava para a minha formação foi se tornando cada vez mais claro. No Direito, tinha em vista encontrar bases que permitissem compreender e atuar na sociedade à luz da justiça e da igualdade sociais, pois, dentre as questões que me inquietavam, estavam aquelas relacionadas ao processo de segregação e às dificuldades de acesso à habitação e à precariedade da vida urbana; questões essas mobilizadas em muito pela minha experiência de vida nas periferias de Belém e por meio dos movimentos da Igreja Católica, voltados para as demandas das populações empobrecidas, dos quais participei. A formação positivista do curso de Direito, na época, entretanto, fez com que muitas das respostas e instrumentais que busquei nessa formação me fossem dados, na realidade, pela formação em Geografia, ciência que, durante a década de 1980, quando eu era estudante universitário, passava por uma verdadeira revolução acadêmica no Brasil.

Como aluno da UFGA, vivenciei a difusão da chamada Geografia Crítica, notadamente de cunho marxista. Na graduação em Geografia pude ter acesso a conhecimentos que serviram de base à minha formação, através do acompanhamento de alguns poucos professores comprometidos localmente com aquele movimento e de vários colegas empenhados numa transformação efetiva da ciência geográfica.

Nesse momento, papel importante na minha formação passou a ter a Professora Maria Eunice Soares Penner, que mais tarde me orientou no Trabalho de Conclusão de Curso em Licenciatura Plena em Geografia. A partir de sua experiência na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), onde havia cursado mestrado em Geografia sob a orientação do Professor Manuel Correia de Andrade, introduziu-me em discussões importantes e apresentou-me obras de seu próprio orientador, assim como de Josué de Castro, Yves Lacoste, Milton Santos, dentre outros intelectuais, geógrafos e não geógrafos, que, naquele momento, começavam a ser mais divulgados nos cursos de formação em Geografia no Brasil. A Professora Janete Marília Gentil Coimbra de Oliveira,

que foi minha professora na graduação e que posteriormente me orientou na especialização que fiz em Análise Geográfica Aplicada à Amazônia, na UFPA, também tinha sido orientanda de Manuel Correia de Andrade no mestrado da UFPE e, da mesma forma, influenciou-me a seguir a vertente de um pensamento mais crítico no interior dessa ciência.

Os livros de maior importância que se tornaram base para a minha formação nesse momento chegaram às minhas mãos por meio dessas professoras e, assim, pude ter acesso a obras de destaque que vieram a se tornar presença constante em minha formação, especialmente as de Milton Santos, que, desde o primeiro momento, atraíram-me a atenção e que passei a usá-las como referências em meus trabalhos acadêmicos. Foi por meio dessas leituras que pude conhecer, inclusive, a teoria marxista, que me levou a aprofundar e a compreender melhor alguns princípios de justiça social para os quais já havia sido apresentado desde a minha adolescência, dada a proximidade que tive com a Teologia da Libertação.

Outro elemento importante no meu processo de formação diz respeito à participação nos eventos da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), em nível local e nacional, assim como o envolvimento político no interior do movimento estudantil e das representações discentes no âmbito da UFPA.

Antes do ingresso no mestrado e após a conclusão do curso de Direito, voltei ainda à graduação em Geografia para fazer as disciplinas do curso de bacharelado, para só a partir daí dar continuidade à minha formação pós-graduada em nível de mestrado, cursado no NAEA em Planejamento do Desenvolvimento. Foi nesse momento que pude ler, além da própria obra de Marx, outros autores clássicos da Economia, da Sociologia, da Antropologia, da História etc., aprofundando a minha formação científica crítica e adquirindo gosto pela abordagem interdisciplinar. Durante essa formação tive o privilégio de ter o acompanhamento intelectual do Professor Roberto Lobato Corrêa, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e que, na época (1989-1993), cooperou com o mestrado daquele Núcleo me aceitando como seu orientando; momento em que trabalhei a fundo a teoria miltoniana, a ponto de ter tido a grata satisfação da presença de Milton Santos em minha banca de mestrado. Meu ingresso como professor efetivo da UFPA deu-se nesse momento, ainda no mestrado, quando prestei concurso em 1989 para a cadeira de Geografia Regional. Antes já havia ministrado aulas como professor substituto nessa instituição e também para crianças e adolescentes, no ensino fundamental e médio, da rede estadual e da rede privada, e em curso supletivo noturno para adultos da escola pública.

Para o doutorado, como já era professor efetivo do curso de Geografia da UFPA, senti a necessidade de retomar a formação específica em Geografia e de aprofundar um dos autores que até então havia lido pouco, o filósofo francês Henri Lefèbvre; razão que me levou a fazer o doutorado em Geografia Humana na USP, onde havia um grupo destacado de professores que trabalhava com esse autor e onde sempre desejei estudar. Lá tive o privilégio de ser orientado por um dos principais nomes da Geografia brasileira contemporânea, a Professora Sandra Lencioni, que, além de ser uma profunda conhecedora do pensamento marxista e, especialmente, do pensamento lefebvriano, reunia uma outra particularidade que me atraía bastante, que era o fato de trabalhar na interface da Geografia Urbana e da Geografia Regional, algo que já havia me despertado a atenção desde a especialização, quando fui contagiado pelas aulas de Teoria Regional ministradas por Jan Bitoun, da UFPE, que foi meu professor na UFPA nessa época; e depois no mestrado, com a orientação do Professor Roberto Lobato Corrêa, e as discussões de planejamento e de desenvolvimento regional com meus professores do NAEA, como Edna Castro (socióloga), Francisco de Assis Costa (economista), Heraldo Maués (antropólogo), Jean Hébette (economista), José Marcelino Monteiro (economista), Lindalva Teixeira (socióloga), Luís Eduardo Aragón Vaca (geógrafo), Rosa Acevedo (historiadora), Samuel Sá (antropólogo) e a minha coorientadora de dissertação, a Professora Auriléa Abelém (socióloga).

Ainda que as leituras de Henri Lefèbvre tivessem sido iniciadas já no período de mestrado, foi, com certeza, na USP, a partir do ano de 1994, que aprofundi o conhecimento sobre a obra desse autor, que se tornou um dos principais inspiradores de minhas atuais reflexões sobre o espaço urbano e regional. O ambiente propício no interior do Laboratório de Geografia Urbana (LABUR) e da Pós-Graduação em Geografia Humana (PPGH) – liderado por professores como Sandra Lencioni, Ana Fani Carlos, Odette Seabra e Amélia Damiani, das quais fui aluno – favoreceu esse processo de formação nesse profícuo ambiente da USP, onde também assisti a aulas de professores renomados, como Milton Santos, Maria Adélia Souza, Amália Inês Lemos, Flávio Villaça, Murilo Marx, Ricardo Toledo Silva, Philip Gunn, Celso Lamparelli, e de professores colaboradores, como Octavio Ianni e Renato Ortiz; estes dois últimos, da Universidade de Campinas (Unicamp).

A vivência na USP incentivou-me, em grande parte, a me aprofundar e a conhecer melhor a filosofia de Henri Lefèbvre e sua importância na edificação do pensamento geográfico urbano brasileiro, responsável por definir, no interior da USP, uma das principais expressões da Escola Uspiana de Geografia, identificada posteriormente pelo Professor Maurício de Abreu (UFRJ) como a abordagem marxista-lefebvriana da geografia

urbana brasileira, no contexto da qual fui formado. Para esse mesmo ambiente acadêmico ainda pude retornar mais recentemente, quando nos anos de 2015 e 2016 realizei um segundo estágio de pós-doutorado no Laboratório de Estudos Regionais em Geografia, também sobre o acompanhamento e interlocução da Professora Sandra Lencioni.

Na França, foi importante a inserção que tive no *Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine* (IHEAL), da *Université Paris III (Sorbonne Nouvelle)*, onde realizei meu primeiro estágio de pós-doutorado nos anos de 2006 e 2007. Aí destaco a importante interlocução que tive com Hélène Rivière D'Arc, que me supervisionou no estágio, e com Martine Droulers, ambas do *Centre National de la Recherche Scientifique* (CNRS) e que atuam naquele reconhecido Instituto, que, por sua vez, reserva importante atenção ao Brasil e à Amazônia nos seus debates e pesquisas.

*FSS: Embora saibamos o quanto a visão de totalidade é importante, admite-se que a geografia é uma ciência extremamente ampla e que, muitas vezes, apresenta-se fragmentada. Em sua trajetória acadêmica, notadamente, você traçou os caminhos da Geografia Urbana. Quais outras áreas lhe despertam interesse?*

**Saint-Clair Trindade Jr.:** ingressei na UFPA como professor para ministrar Geografia Regional, conforme mencionei, e por muitos anos trabalhei, entre outras disciplinas, com Teoria Regional e Regionalização, no curso de graduação em Geografia, e também com Geografia Econômica em várias graduações da área das humanidades (Geografia, Ciências Sociais, Turismo e Economia), mas antes já havia atuado como professor substituto em disciplinas de Geografia Humana, especialmente Geografia Econômica e Geopolítica. A minha formação em Planejamento do Desenvolvimento, em nível de mestrado, e em Geografia Urbana, em nível de doutorado, levaram-me a me dedicar efetivamente às disciplinas de Geografia Urbana e de Planejamento e Gestão Urbanos. Essas têm sido, portanto, além da Geografia Regional, as principais áreas nas quais tenho atuado, especialmente no NAEA, onde a perspectiva interdisciplinar é a tônica da formação pós-graduada, dando-me a oportunidade de fazer a ponte entre a Geografia Urbana e Regional, o Planejamento Urbano e Regional e o Direito, notadamente o Direito Urbanístico, o Direito do Estado e a Gestão Pública. Dessa forma, é nessa condição que venho atuando como docente, pesquisador, consultor e orientador de trabalhos acadêmicos na área de planejamento e estudos urbano-regionais, discutindo particularmente, em perspectiva interdisciplinar, temas relacionados às cidades, à urbanização e à urbanodiversidade na Amazônia, assim como aqueles ligados ao

desenvolvimento urbano e regional, ao planejamento e gestão urbanos e ao direito urbanístico e sua relação com o ordenamento territorial.

*FSS: Suas obras reúnem reflexões de Geografia Urbana e Geografia Regional na Amazônia e têm sido fundamentais à compreensão do processo de urbanização regional. Têm refletido uma Amazônia posterior à década de 1960 – que sofreu em definitivo uma alteração em sua configuração socioterritorial, sobretudo em sua porção oriental e meridional – e outra que é anterior à década de 1960 – ainda pouco alterada pelas políticas territoriais de desenvolvimento regional e de integração efetiva dessa região ao Brasil –, marcada sobretudo por atividades econômicas tradicionais e pela circulação fluvial, a exemplo das cidades ribeirinhas. Em 2011, você foi agraciado com o V Prêmio Milton Santos, na categoria Artigo, com o trabalho “Cidades na floresta: os ‘grandes objetos’ como expressões do meio técnico-científico informacional no espaço amazônico”<sup>10</sup>, pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Nesse artigo você diferencia e caracteriza as “cidades na floresta” e as “cidades da floresta”. Fale sobre isso e sobre como você pensa o desenvolvimento sem descaracterizar as “cidades da floresta”.*

**Saint-Clair Trindade Jr.:** com relação ao V Prêmio Milton Santos, que você mencionou, devo muito esse reconhecimento ao incentivo da Professora Mônica Arroyo, da USP, que gentilmente me convidou para participar de uma homenagem a Milton Santos nessa instituição. Naquela oportunidade, pude retomar a sistematização dos resultados de uma pesquisa sobre as cidades na Amazônia que havia deixado meio de lado pelo pouco interesse que tinha despertado nos fóruns acadêmicos dos quais participei. A homenagem ao Professor Milton, entretanto, encorajou-me a fazer uma retomada desse estudo para a apresentação no referido evento, extrapolando em muito, de forma positiva, a minha expectativa. Primeiro por ter sido publicada, em forma de artigo, na Revista do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da USP. Segundo, por ter recebido o V Prêmio Milton Santos, pela ANPUR. E, finalmente, por ter sido o único trabalho<sup>11</sup> de pesquisador brasileiro premiado para integrar a 5ª edição do “*The best*

---

<sup>10</sup> Trindade Jr., S-C. C. Cidades na floresta: os “grandes objetos” como expressões do meio técnico-científico informacional no espaço amazônico. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo, v. 51, p. 113-137, mar./set. 2010.

<sup>11</sup> Trindade Jr., S-C. C. Towns in the forest: the “large objects” as expressions of the informational technical-scientific environment in the Amazonian space. In: Hibbard, M.; Freestone, R.; Sager, T. O. (Ed.). Dialogues in urban & regional planning. New York: Routledge, 2013. p. 142-160.

*scholarships in urban and regional planning from around the world*', da *Global Planning Education Association Network (GPEAN)*. Foi nesse artigo que pude estabelecer pela primeira vez a diferenciação entre "cidades da floresta" e "cidades na floresta" e que, posteriormente, teve vários desdobramentos e repercussões.

Mesmo considerando que as populações indígenas não deixaram registros de aglomerações que pudessem caracterizar materialmente grandes civilizações urbanas na Amazônia brasileira pré-colombiana, não se pode dizer que as "cidades da floresta" não existam. Elas existem sim, e têm natureza cabocla. Mais que isso, elas são complexamente mestiças nas suas identidades. Anteriores à década de 1960, não se polarizam em binômios – branco *versus* indígena, urbanidade *versus* ruralidade, formas *versus* conteúdos etc. –, uma vez que elas são híbridas, transversais e multifacetadas.

Compõem um microcosmo urbano, sinônimo de adaptações, resistências e interações. Natureza e cultura constituem, juntas, uma espécie de "urbanismo caboclo" nessas cidades, composto por formas simples que diferenciam e por conteúdos complexos que encantam. Talvez por não se inserirem definitivamente em grandes circuitos globais de produção e de consumo, elas mantêm, de alguma forma, fortes enraizamentos e articulações com o entorno, tanto do ponto de vista econômico quanto do sociocultural, traduzindo para o seu interior parte da dinâmica que ocorre no âmago da floresta.

Bem diferente destas são as "cidades na floresta". A lógica que preside essas cidades implantadas na Amazônia para atender a demandas de grandes corporações é responsável pela difusão de atividades econômicas mais modernas no interior da região e por verdadeiras rupturas com o passado regional, aquele anterior à década de 1960, e com os atributos e valores da floresta. Altamente conectadas aos circuitos globais, por meio de grandes e médias corporações empresariais às quais dão suporte, esses espaços urbanos ditos modernos assumem o perfil daquilo que Milton Santos<sup>12</sup> chamou de "cidades econômicas", posto que voltadas ao mercado, e de "cidades corporativas", porque se submetem ao comando de uma ou mais empresas que colocam a vida local em total dependência de suas existências, associadas a atividades econômicas como a produção de energia elétrica, a exploração mineral e o agronegócio.

"Cidades da floresta" e "cidades na floresta", entretanto, são apenas tipos ideais. As primeiras, são resíduos e resistências de uma vida urbana do passado e que estão em mutação; as segundas, são pontuais e inserem espaços específicos em circuitos

---

<sup>12</sup> Santos, M. A urbanização brasileira. São Paulo: Hucitec, 1993.

extralocais. Diante disso, resta refletir sobre a condição futura de nossas cidades, que possam se voltar para atender, em primeiro plano, às demandas cidadãs locais, e que possam responder precipuamente não aos interesses corporativos que governam a região, mas àqueles outros que dizem respeito às populações que estabelecem com o espaço regional fortes laços de vivência e de pertencimento.

Seriam, na verdade, cidades voltadas para o atendimento das demandas dos povos que habitam e que vivenciam a floresta como um bioma, evidentemente, mas também como um espaço social, com suas relações sociais e práticas econômicas e culturais. Considerar essa possibilidade significa, principalmente, evitar a ruptura com a natureza, expressa na interação cotidiana herdada de muitos anos e que resguarda muitas vezes os recursos que dela fazem parte.

Não se postulam, portanto, cidades modelares, a serem criadas a partir de desenhos futuristas e fora da realidade local, conforme se pensou ao se conceberem algumas das “cidades na floresta”, mas, antes, cidades que, de fato, de alguma maneira já existem, e cujos conteúdos, objetos e formas espaciais têm sido pouco potencializados ou mesmo invisibilizados nas políticas públicas que se voltam para o espaço regional.

O reconhecimento de vivências e práticas cidadãs, se traduzidas em formas espaciais urbanas que reforcem esses conteúdos de sociabilidades e de qualidade de vida já existentes, garantirão cidades mais articuladas à região que a espaços extralocais; mais voltadas, portanto, à garantia de direitos para os que nela vivem ou dela dependem que a mercados econômicos globalizados. Seriam, em outros termos, espaços urbanos pensados precipuamente para a região, para os que neles vivem e para as populações locais e regionais que deles dependem imediata e diretamente; por isso poderiam ser chamadas de “cidades para a floresta”<sup>13</sup>.

*FSS: Agora, conte-nos de seus investimentos de pesquisa em territorialidade cultural no espaço intraurbano das pequenas cidades, especialmente naquilo que você tem chamado de “urbanodiversidade” regional na Amazônia e da relação dessa proposição com as rupturas, mudanças e permanências que se percebem na Amazônia desde a segunda metade do século passado.*

**Saint-Clair Trindade Jr.:** a noção de urbanodiversidade se sustenta no argumento da produção desigual e diferenciada do espaço, portanto, é inspirada na ideia de

---

<sup>13</sup> Trindade Jr., S-C. C. Pensando a modernização do território e a urbanização difusa na Amazônia. Mercator, Fortaleza, v. 14, n. 4, Número Especial, p. 93-106, dez. 2015;

formação econômico-social<sup>14</sup>, de formação socioespacial<sup>15</sup> e de produção social do espaço<sup>16</sup>. Não se trata, portanto, de uma proposição fundada em argumentos culturais apenas. Por meio dela, as dimensões econômica, política e ideológico-cultural da vida urbana são levadas em conta como parte de uma tríade dialética. Trata-se de ajudar a pensar a cidade e o urbano na região em sintonia com a ideia de uma Amazônia urbana, plural, desigual e diversa, sendo esta uma forma de dialogar, a partir de outras bases teórico- metodológicas, com noções tais como a de biodiversidade e a de sociodiversidade. A ideia é fazer um contraponto, do ponto de vista do pensamento, à visão de região homogênea que sempre foi reservada à Amazônia, sendo, ao mesmo tempo, um projeto de natureza política por meio do qual se anuncia as desigualdades e as diferenças da vida urbana que nessa região se fazem presentes. Trata-se, portanto de se manifestar e de se pronunciar política, ideológica e teoricamente “contra a indiferença”<sup>17</sup> com que essa região é muitas vezes tratada em vários domínios do conhecimento e da ação prática e que acabam por viabilizar as intenções do capital e do Estado que lhe é instrumental.

Contrariamente ao caminho trilhado pelas políticas territoriais voltadas para o espaço amazônico desde principalmente a segunda metade do século passado, sugere-se com isso uma leitura da diversidade urbana, considerando tanto a geografia do desenvolvimento desigual<sup>18</sup>, como também a geografia da diferença<sup>19</sup> e que, por outro lado, paute-se na análise crítica da interação que se estabelece entre elementos como cidade-região, rural-urbano, sociedade-natureza e práticas econômicas-práticas socioculturais, chamando-se a atenção para as formas plurais de compreender o urbano e para as propostas alternativas de pensar o desenvolvimento ou, no limite, de mesmo negá-lo, se este for o caso.

Nesse sentido, coloca-se o acento na coexistência de tempos e de espaços múltiplos, desiguais e diferenciados, priorizando a “análise de ritmos” diversos<sup>20</sup> imprimidos por uma pluralidade de sujeitos que definem a vida urbana na Amazônia; sendo essa uma forma de se fazer o contraponto a um modelo hegemônico de políticas

---

<sup>14</sup> Marx, K. O capital: crítica da economia política. São Paulo: Bertrand Brasil, 1988. Livro I, vol. I, e Livro II, vol. III.

<sup>15</sup> Santos, M. Espaço e sociedade. 2ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

<sup>16</sup> Lefèbvre, H. La production de l'espace. Paris: Anthropos, 1974.

<sup>17</sup> Lefèbvre, H. Le manifeste différentialiste. Paris: Gallimard, 1970.

<sup>18</sup> Smith, N. Desenvolvimento desigual. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

<sup>19</sup> Harvey, D. Justice, nature & the geography of difference. Oxford: Blackwell, 1996.

<sup>20</sup> Lefèbvre, H. Éléments de rythmanalyse: introduction à la connaissance des rythmes. Paris: Éditions Syllepse, 1992.

públicas que insistem em negar as particularidades e as singularidades dessa região em nome da edificação de cidades modernas, homogêneas, progressistas e competitivas, negando o passado regional, as heranças de suas populações originárias e tornando-as cada vez mais distantes das potencialidades ecológicas e socioculturais locais e regionais; conforme tem acontecido principalmente após a década de 1960.

É essa a ideia que a noção de urbanodiversidade traduz. Isso implica em reconhecer não apenas tipos e desenhos diversos de cidades, que também são importantes, é claro, mas, acima de tudo, em relacionar dialeticamente formas e conteúdos socioespaciais, dando visibilidade a centralidades urbanas para além do econômico; a práticas econômicas de pequena e média escalas que são fundamentais para a vida regional; a elementos socioculturais de relevância para as cidades locais; a urbanismos diferenciados e criativos que dialogam com a natureza e com a história dos sujeitos que produzem a vida cotidiana; a conteúdos híbridos que articulam vida rural e vida urbana; a formas de cooperação e de sociabilidade que vislumbrem uma outra ideia de urbanidade, mais humana e menos desigual. Essas preocupações acenam para uma nova maneira de pensar o desenvolvimento, focado essencialmente na dignidade humana.

Foi em vista dessas preocupações que teve origem o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Ordenamento Territorial e Urbanodiversidade na Amazônia (Geourbam), registrado junto ao CNPq sob minha coordenação. O desenvolvimento das ideias correspondentes a essa noção, especialmente as tentativas de novas conceituações e de uma teoria mais voltada para a região, também ganha corpo em disciplina denominada "Urbanização e Urbanodiversidade na Amazônia Brasileira", que ofereço em nível de mestrado e doutorado no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido; assim como, têm sido tratadas em pesquisas coordenadas por mim nos últimos anos e também em dissertações de mestrado e teses de doutorado de alunos que tenho orientado no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos.

*FSS: Nos últimos anos você tem trazido o debate acerca da importância das cidades médias para a Amazônia, em especial no Estado do Pará. Um dos focos de suas reflexões, conforme aparece em "Sonhos de rio": memorial acadêmico e percursos geográficos de uma trajetória intelectual na Amazônia<sup>21</sup>, relaciona-se às centralidades econômicas e políticas que configuram novas territorialidades, como acontece em Santarém e Marabá, cuja produção econômica, impactos socioambientais, políticas de desenvolvimento*

---

<sup>21</sup> Trindade Jr., S-C. C. "Sonhos de rio": memorial acadêmico e percursos geográficos de uma trajetória intelectual na Amazônia. Belém: NAEA, 2016.

*urbano-regional etc. fazem dessas cidades vitrines de projetos governamentais e palcos de conflitos na Amazônia. Nesse sentido, fale-nos mais explicitamente das chamadas cidades médias da Amazônia, bem como sobre o seu papel nos debates acerca da criação dos Estados de Tapajós e Carajás, que foram objetos de seus estudos.*

**Saint-Clair Trindade Jr.:** seguindo as discussões que vêm sendo realizadas no interior da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe), da qual sou integrante, consideram-se cidades médias os centros urbanos não metropolitanos cuja natureza e perfil não estão restritos a um quantitativo populacional, ainda que o incluam. Definem-se, notadamente, pela importância e por suas respectivas inserções no cenário regional, caracterizando-se principalmente pela relativa densidade de equipamentos e atividades que atendem não apenas a demandas locais, mas que são fruto de combinações de influências e determinações provenientes de escalas diferenciadas, incluindo-se a de nível global.

Para o caso amazônico, tenho buscado refletir a respeito da natureza dessas cidades, reafirmando que, para essa região, elas não apenas não devem ser definidas por um certo quantitativo populacional, mas também não podem ser reconhecidas a partir essencialmente da difusão da inovação e da modernização territorial, entendendo o peso assumido pelos “fixos” e pelos “fluxos”<sup>22</sup> dentro do contexto regional. Em outras palavras, diferentemente de muitas cidades médias brasileiras, não têm sido forçosamente a densidade e a modernização dos “fixos” existentes nessas cidades os elementos responsáveis por lhes conferir importância e dinamismo nos últimos anos, mas principalmente a convergência de “fluxos” que as definem como verdadeiros “nós” da circulação de bens, de pessoas, de informações, de demandas políticas e de capitais, devido a uma dada disponibilidade mínima de infraestrutura e a uma relativa densidade técnica de atividades econômicas, sociais e políticas que tendem a se concentrar em um determinado ponto do vasto espaço regional.

Assim, se o patamar populacional, vinculado ao entendimento das cidades de porte médio, não nos auxilia isoladamente a definir e a entender as cidades médias, da mesma forma, a densidade técnica do território e o seu grau de modernização, normalmente associados a atributos econômicos, parecem insuficientes para situar a diversidade dessas cidades no Brasil e, mais especificamente ainda, no espaço amazônico. É dessa maneira que tenho procurado chamar a atenção, em trabalhos mais recentes, para outras formas

---

<sup>22</sup> Santos, M. *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia*. São Paulo: Hucitec, 1988.

de centralidade<sup>23</sup> e de importância dessas cidades que podem ajudar a entender seus papéis no conjunto do espaço amazônico, atentando para as especificidades da região no território brasileiro e, ao mesmo tempo, pensando teórica e conceitualmente as cidades médias para o conjunto do espaço nacional e sul-americano.

Uma das formas de centralidade que merece mais atenção é aquela de natureza política. Esta não está circunscrita apenas a instituições e órgãos oficiais, estaduais e federais, ligados às decisões políticas que nelas se fazem presentes, como acontece com as capitais de alguns estados amazônicos, que reforçaram sua importância na região por conta de terem se tornado sedes de territórios federais e depois de estados da federação, como é o caso de Macapá, Boa Vista e Porto Velho. Aliás, é importante dizer que na Amazônia, diferentemente de outras regiões do Brasil, há várias cidades médias que têm status de capitais estaduais. Além das que já mencionei, temos também Rio Branco e Palmas, que possuem importantes centralidades políticas no contexto socioespacial em que se inserem.

Para além dessas atividades políticas formalmente estabelecidas por suas respectivas condições de sedes de governos estaduais, a centralidade política é também reafirmada nessas e em outras cidades da região pelo fato de sediarem importantes forças políticas, associações de produtores e de serviços, representações sindicais, órgãos de classe e de categorias sociais diversas que projetam ações e movimentos de natureza política, tornando-as territórios-vitrine de interesses de agentes políticos e, a partir deles, estabelecendo intenções de novas territorialidades em nível sub-regional. São exemplos desses interesses, as propostas de criação de novos estados da federação, como o de Carajás (sudeste do Pará), com possível sede política em Marabá, e o de Tapajós (oeste paraense), com possível sede política em Santarém; realidades que estudei de forma mais detalhada em projeto de pesquisa financiado pelo CNPq.

Esse mesmo tipo de centralidade parece estar presente em outras cidades da Amazônia, como em Altamira, no sudoeste paraense, onde se tem a proposta de criação do estado do Xingu; na parte meridional do Maranhão, onde também se postula a fragmentação territorial com referência na cidade de Imperatriz; e no extremo oeste amazônico, onde se pleiteia a constituição do Território Federal do Alto Solimões, que tem em Tabatinga, juntamente com Letícia, sua "cidade gêmea" no lado da Colômbia, um

---

<sup>23</sup> Trindade Jr., S-C. C. Por outras centralidades: pensando especificidades e particularidades da cidade e do urbano no Brasil. *In*: SERPA, A.; CARLOS, A. F. A. (Org.). Geografia urbana: desafios teóricos contemporâneos. Salvador: Edufba, 2018. p. 249-266.

importante centro regional da Pan-Amazônia, dada a sua condição econômica e política fronteiriça.

Esses processos nos fazem pensar na importância de cidades da região cujo destaque, além da dimensão econômica, estende-se a estratégias políticas que rebatem diretamente nas formas atuais de ordenamento territorial que se fazem presentes no contexto regional; coisa que já aconteceu antes, quando se criou o estado do Tocantins, que, hoje, tem a cidade de Palmas como capital.

*FSS: Como você avalia o crescimento da produção acadêmica em Geografia e em Desenvolvimento Regional na Amazônia nos últimos anos, considerando sua experiência como geógrafo urbano nessa região?*

**Saint-Clair Trindade Jr.:** avalio de forma muito positiva. Para isso, várias situações têm contribuído. Primeiro, a ida de muitos profissionais da região para fazerem mestrado e doutorado em importantes universidades brasileiras e estrangeiras; fato este que permitiu um bom perfil de professores e pesquisadores titulados em nível de pós-graduação e que incrementaram a produção científica nas instituições de ensino e pesquisa amazônicas. Depois, a interiorização da universidade pública em toda a Amazônia através da criação de novas instituições de ensino por governos anteriores, assim como por meio da expansão de campi de instituições já existentes para aqueles lugares onde antes não se imaginava que poderiam chegar. Há campus, por exemplo, da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) no Oiapoque, na fronteira com a Guiana Francesa; assim como há campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) na pequena cidade de Bonfim, na fronteira do Brasil com a República Cooperativista da Guiana.

Da mesma maneira, surgiram novos cursos de formação em Geografia, tanto em nível de graduação como de pós-graduação, que se fizeram acompanhar da produção de novos conhecimentos e, conseqüentemente, da divulgação acadêmica em revistas científicas, em coletâneas temáticas e em livros com resultados de investigações densas e que se tornaram referências para a compreensão da região. Especialmente na Geografia Urbana é gratificante constatar a presença de grupos liderados por professores da própria região ou que vieram de fora e hoje estão espalhados pelas diversas sub-regiões da Amazônia.

Isso é interessante, pois os vários temas da Geografia Urbana são abordados em diferentes perfis de pesquisa. Para além de estudos metropolitanos, que incluem as

realidades de Belém, Manaus e São Luís, são vários os estudos que se voltam para as pequenas e médias cidades, para a relação cidade-campo, para os papéis das diversas centralidades no contexto da rede urbana amazônica etc.

Esse conjunto de pesquisas e produções só foi possível em razão do número de pessoas tituladas na região, das instituições que se fazem presentes por meio de ensino e investigações em diferentes sub-regiões e, principalmente, pelo fundamental papel dos institutos e universidades públicas (federais e estaduais), sediados ou nucleados em diferentes perfis e tamanhos de cidade espalhadas por toda a Amazônia, para além das metrópoles regionais.

*FSS: Em sua profícua produção geográfica destacamos um conjunto de reflexões acerca de diferentes tipos de cidade na Amazônia<sup>24</sup>. Você tem advogado em favor de uma Geografia Urbana assentada em aportes teórico-conceituais da Geografia Crítica, com ênfase em formas, funções, estruturas e processos socioespaciais inter-relacionados, numa perspectiva evidentemente tributária de Milton Santos, afinal, somos homo geographicus<sup>25</sup>. Nesse sentido, qual a importância da Geografia Urbana para compreender a Amazônia do século XXI?*

**Saint-Clair Trindade Jr.:** as cidades têm sido os espaços de protagonismos de vários sujeitos da região, e são o locus por excelência de problemas e de conflitos no interior dela. Para elas também se canalizam as lutas que se originam em todos os cantos da Amazônia. Como no restante do Brasil, elas têm sido referências para novas dinâmicas econômicas, políticas e socioculturais e para a difusão de novos processos no plano territorial, em razão de um novo alcance da "sociedade urbana"<sup>26</sup> provocado pela

---

<sup>24</sup> Discussão presente em artigos como: Trindade Jr., S-C. C. Cidades e centralidades na Amazônia: dos diferentes ordenamentos territoriais ao processo de urbanização difusa. *Cidades, Presidente Prudente*, v. 12, p. 305-334, 2015; Trindade Jr., S-C. C. Das "cidades na floresta" às "cidades da floresta": espaço, ambiente e urbanodiversidade na Amazônia brasileira. *Papers do NAEA, Belém*, v. 321, p. 1-22, 2013; Trindade Jr., S-C. C. Uma floresta urbanizada? Legado e desdobramentos de uma teoria sobre o significado da cidade e do urbano na Amazônia. *Espaço Aberto, Rio de Janeiro*, v. 3, p. 81-100, 2013; Trindade Jr., S-C. C. A cidade e o rio na Amazônia: mudanças e permanências face às transformações sub-regionais. *Terceira Margem Amazônia, Manaus*, v. 1, p. 171-183, 2012; Trindade Jr., S-C. C. Diferenciação territorial e urbanodiversidade: elementos para pensar uma agenda urbana em nível nacional. *Cidades, Presidente Prudente, Grupo de Estudos Urbanos*, v. 7, n. 12, p. 227-255, jul./dez. 2010.

<sup>25</sup> Sack, R. D. *Homo geographicus: a framework for action, awareness, and moral concern*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1997.

<sup>26</sup> Lefebvre, H. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Humanitas, 1999.

“planetarização do urbano”<sup>27</sup>. Cumpre, assim, pensá-las para a região, entendendo como o fenômeno da urbanização presente em todo o País nelas se reproduz, mas, acima de tudo, cumpra atentar para as particularidades desse fenômeno no plano regional.

A Geografia Urbana pode ajudar a alinhar uma leitura mais plural, menos etnocêntrica e geocêntrica da diversidade territorial brasileira, ao pensar as cidades amazônicas dentro de uma formação socioespacial particularizada. Isso requer, evidentemente, investimentos em estudos empíricos, levantamentos de campo, conhecimento das realidades locais etc., capazes de revelar os perfis e paisagens dessas cidades, mas cabe também dar conta de seus conteúdos a partir da compreensão de seus diferentes sujeitos e contextos socioeconômicos responsáveis por produzir tais particularidades em nível territorial. É nesse sentido que categorias como forma, função, estrutura e processo<sup>28</sup> podem ajudar a pensar movimentos gerais e suas manifestações particulares.

Para isso, não é suficiente o exaustivo número de estudos empíricos e de quadros tipológicos sobre essas cidades. Concomitantemente a isso, a realidade regional exige um esforço de conceituação e de teorização que sejam capazes de ler a realidade urbano-regional de maneira a não somente replicar esquemas e fórmulas conhecidas que podem até valer para outras cidades brasileiras, mas nem sempre conseguem dar conta de realidades diferenciadas como a amazônica, que reproduz uma tendência de homogeneização da vida urbana nacional, mas que também revela muitas especificidades.

Se tomarmos como referência o atual marco jurídico do planejamento urbano no Brasil, por exemplo, de imediato se constata a decalagem entre os instrumentos urbanísticos previstos nos documentos legais e a pluralidade de demandas regionais que se apresentam e nem sempre são acolhidas por esses documentos, mesmo quando componentes de pautas mais progressistas; sendo esta a forma inconteste de como a realidade regional não é plenamente alcançada pela legislação urbanística nacional.

Mas essa dificuldade não se restringe ao ordenamento legal. Mesmo com todos os avanços observados, a nossa capacidade de teorização e de conceituação ainda está distante de entender as formas diferenciadas de produção do espaço urbano mediadas pela escala regional. É por isso que tenho sustentado, nesse caso, a noção de urbanodiversidade para pensar a cidade e o urbano não apenas na Amazônia, mas

---

<sup>27</sup> Lefèbvre, H. Dissolving city, planetary metamorphosis. //n. BRENNER, N. Implosions/explosions: towards a study of planetary urbanization. Berlim: Jovis, 2014. p. 566-570.

<sup>28</sup> Santos, M. Espaço & método. São Paulo: Nobel, 1985.

igualmente no Brasil. Assim, a Geografia Urbana da Amazônia tem muito a contribuir, não apenas empiricamente, mas principalmente teórica e conceitualmente.

*FSS: Conte-nos um pouco de suas pesquisas a respeito dos impactos urbanos e regionais advindos de grandes empreendimentos, como nos casos de Belo Monte, em Altamira, e Tucuruí, ambos no Estado do Pará.*

**Saint-Clair Trindade Jr.:** a partir da experiência como professor do curso de graduação em Geografia, como orientador de monografias de conclusão de curso nos campi da UFPA localizados no interior do Pará e também como professor colaborador em cursos de pós-graduação na UNIFAP e na UFAM, pude, em grande parte, compreender *in loco* a diversidade regional e urbana de uma Amazônia de muitos tempos e espaços e de rápidas transformações. Como parte dessas “amazônias”<sup>29</sup>, incluem-se aquelas sub-regiões mais diretamente impactadas pela presença dos grandes projetos ou “grandes objetos”<sup>30</sup>. Nessa Amazônia, ministrei aulas e orientei Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) em municípios como Breu Branco e em Tucuruí (onde se situa o lago e a Usina Hidrelétrica de Tucuruí), Marabá (diretamente afetada pelo Projeto Carajás), Oriximiná (que sedia o Projeto Trombetas), Abaetetuba (diretamente afetada pelo projeto Albras-Alunorte) e Altamira (impactada pela Usina Hidrelétrica de Belo Monte).

O contato com essas realidades me despertou para estudar alguns desses empreendimentos. Assim, iniciei as minhas pesquisas, após o doutorado, estudando as cidades-empresa<sup>31</sup> na Amazônia. A sistematização do estudo dessas cidades, em parceria com outros pesquisadores da ligados aos grupos de pesquisa da Professora Maria Célia Nunes Coelho (UFRJ) e do Professor Gilberto de Miranda Rocha (UFPA), fez-nos refletir sobre a natureza do fenômeno urbano que nelas se manifesta, destacando-se suas realidades, sempre articuladas a grandes projetos econômicos e de infraestrutura, as quais, posteriormente, identifiquei como sendo as melhores expressões de “cidades na floresta”, artificializadas e pouco integradas à história e à geografia locais, a exemplo do que vinha acontecendo em Tucuruí (Vila Permanente), em Barcarena (Vila dos Cabanos)

---

<sup>29</sup> Porto-Gonçalves, C. W. Amazônia, amazônias. São Paulo: Contexto, 2001.

<sup>30</sup> Santos, M. Os grandes projetos: sistema de ação e dinâmica espacial. *In*: Castro, E. M. R.; Moura, E.; Maia, M. L. S. (Org.). Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço. Belém: EDUFPA, 1995. p. 13-20.

<sup>31</sup> Trindade Jr., S-C. C. Estado e gestão do espaço urbano na Amazônia: a experiência das cidades-empresa. *In*: Carlos, A. F. A.; Lemos, A. I. G. (Org.). Dilemas urbanos: novas abordagens sobre as cidades. São Paulo: Contexto, 2003. p. 136-145.

e em Parauapebas (Cidadela de Carajás), articuladas, respectivamente, à Usina Hidrelétrica de Tucuruí, ao Complexo Albras-Alunorte e ao Projeto Carajás.

Outras cidades, onde também realizei visitas de campo, repetem os mesmos esquemas verificados nas realidades acima, como se vê em Vila de Balbina, no Estado do Amazonas, e em Serra do Navio, no Estado do Amapá. Todos esses empreendimentos, suas cidades e seus impactos decorrem de políticas de ordenamento territorial com fortes vieses desenvolvimentistas. Hoje, de maneira semelhante, mas em uma vertente neodesenvolvimentista, impactos similares novamente passam a ocorrer.

O projeto de Belo Monte é um exemplo disso. Foi a resistência que adiou a implantação desse projeto e o redefiniu em relação ao que se previu nos fins dos anos 1980. Mesmo assim, foram muitos os seus danos, seja em decorrência dos interesses capitalistas voltados para a região, seja em decorrência do papel reservado à Amazônia no processo civilizatório que se insere na (pós-)modernidade contemporânea. Daí a razão de nossas pesquisas ainda hoje se preocuparem com essas questões que não foram superadas.

As reflexões sobre a cidade de Altamira e sua relação com a hidrelétrica de Belo Monte foram, sem dúvida, uma resposta a esse desafio. Decorreram de parceria com o Professor José Antônio Herrera, professor do campus da UFPA em Altamira, quando então buscamos relacionar as ações associadas a uma concepção de região que se atualiza na perspectiva do capital às novas formas de conceber o espaço presentes nas políticas neodesenvolvimentistas de hoje. Como decorrência da incursão nessa realidade, pude orientar alguns alunos de iniciação científica, de mestrado e de doutorado. Quero destacar aqui a dissertação de Suellem Cardoso<sup>32</sup>, que tratou da população indígena impactada pelo empreendimento de Belo Monte na cidade de Altamira, assim como a tese de Michel Lima<sup>33</sup> que, por sua vez, estudou o mesmo empreendimento e a mesma cidade, além de outras duas (Tucuruí e Marabá), abordando a relação cidade-rio do ponto de vista do princípio dos comuns<sup>34</sup>, ao mostrar as alterações que o complexo hidrelétrico provocou nos territórios influenciados pelas águas.

---

<sup>32</sup> Cardoso, S. M. A cidade dos invisíveis? Indígenas e impactos de políticas neodesenvolvimentistas em Altamira, sudoeste paraense. 2018. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

<sup>33</sup> Lima, M. M. Territórios de uso comum na Amazônia: relação sociedade-natureza e modernização do espaço. 2020. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

<sup>34</sup> Dardot, P.; Laval, C. Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017.

Todas essas reflexões resultantes de minhas incursões nessas sub-regiões fortemente atingidas por grandes empreendimentos mostram não apenas os impactos desses grandes projetos, mas, igualmente, as respostas locais a eles em formas diversas de resistência que os questionam e os redefinem, mas que, ainda assim, continuam tão danosos como no passado.

*FSS: Professor, recentemente, você tem trabalhado com o pensamento crítico contemporâneo na interpretação da Amazônia, o que chamou de "Geografias do Sul"<sup>35</sup> fazendo referência às "Epistemologias do Sul"<sup>36</sup>, expressão cunhada e desenvolvida pelo sociólogo português Boaventura de Sousa Santos e defendida como uma alternativa teórica e epistemológica do Sul global aos paradigmas dominantes da ciência moderna. Nesse sentido, na sua perspectiva, o que seriam essas "Geografias do Sul"? Como pensar as contribuições de uma Geografia alternativa para entender a região amazônica em face do mundo globalizado?*

**Saint-Clair Trindade Jr.:** inicialmente é preciso explicar o que me fez chegar a essa discussão nos dias atuais. Ela surge da necessidade de sistematizar contribuições teórico-metodológicas do pensamento geográfico brasileiro e a interpretação da Amazônia no seio delas. Alguns projetos de pesquisa foram desenvolvidos nesse sentido, entre eles o projeto "A Amazônia e a compreensão geográfica do espaço brasileiro: diversidade territorial, políticas públicas e novas configurações espaciais", coordenado pela Professora Maria Goretti da Costa Tavares (UFPA), fruto da parceria entre o Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da UFPA e o Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana (PPGH) da USP, com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do CNPq, por meio do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (PROCAD-Casadinho). Como parte desse Programa, inseriu-se o projeto "O urbano e o regional na compreensão geográfica do espaço amazônico: leituras e abordagens em perspectiva", desenvolvido na USP sob minha responsabilidade, e financiado pelo CNPq com bolsa de pós-doutorado. Por meio desse projeto mostrei a importância da Escola Uspiana de Geografia, revisando vários estudos cuja temática de

---

<sup>35</sup> Trindade Jr., S-C. C. Dos geografismos às geografizações: pensando a região e o regional a partir das "geografias do Sul". *Confins* [En ligne], Revue Franco-Brésilienne de Géographie, Paris, n. 44, n. p., mar. 2020. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/26814>.

<sup>36</sup> Santos, B. S.; Meneses, M. P. (Org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

análise referenciava a Amazônia<sup>37</sup>. Também apoiado pelo CNPq, por meio de bolsa de produtividade de pesquisa, soma-se aos anteriores o projeto “Um olhar geográfico em perspectiva: a Amazônia na abordagem do espaço como instância social”, que reforça a preocupação de uma leitura crítica sobre a Amazônia, desta feita à luz do aporte teórico miltoniano<sup>38</sup>. E, mais recentemente, venho desenvolvendo o projeto “Geografias e epistemologias do Sul: Amazônia, olhares críticos em perspectiva”, apoiado igualmente pelo CNPq com o mesmo tipo de financiamento, que busca entender a forma como a Amazônia vem sendo compreendida sob duas perspectivas de abordagem.

Portanto, a ideia é situar as interpretações da Amazônia em diferentes concepções do pensamento crítico contemporâneo. Isso porque, com a proliferação das pesquisas sobre a região, têm sido muito diversificadas as abordagens que buscam interpretá-la. Na Geografia Humana, de um modo geral, tais posturas se pautam desde a vertente da fenomenologia, passam pelas diversas matizes marxistas, até as tendências mais recentes pós-modernas, pós-estruturalistas e pós-coloniais ou decoloniais, como preferir. Buscando dialogar com essas interpretações é que a pesquisa se justifica.

Como nos últimos anos o pensamento decolonial tem se afirmado como importante abordagem na ciência geográfica brasileira e especialmente na leitura do espaço amazônico, sendo as “epistemologias do Sul” um dos apoios teóricos a esse tipo de interpretação, tenho procurado mostrar que, mesmo sob uma perspectiva metodológica diferenciada, alguns pressupostos levantados por essa forma de interpretação já estavam presentes, de certa maneira, em alguns intelectuais da Geografia brasileira, como é o caso das proposições de Milton Santos<sup>39</sup>, que há algum tempo

---

<sup>37</sup> Trindade Jr., S-C. C. Uma região em questão: a Amazônia nas lentes da escola Uspiana de Geografia. *In*: Costa, J. M. (Org.) *Amazônia: olhares sobre o território e a região*. Macapá: Editora da UNIFAP, 2017. p. 199-255; Trindade Jr., S-C. C. “A tua mais completa tradução”: uma escola, uma região e uma interlocutora. *Geosp – Espaço e Tempo (Online)*, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 462-480, 2016; Trindade Jr., S-C. C. *Amazônia: leituras geográficas em perspectiva*. *Papers do NAEA*, Belém, n. 355, p. 1-17, dez. 2015.

<sup>38</sup> Oliveira, H. M. P.; Trindade Jr., S-C. C. A Amazônia em Milton Santos: região, globalização e meio técnico-científico-informacional. *In*: Pezzuti, J.; Azevedo-Ramos, C. (Org.) *Desafios amazônicos*. Belém: NAEA/UFPA, 2016. p. 193-224. (Série Desenvolvimento e Sustentabilidade); Leite, G. C. S.; Oliveira, H. M. P.; Trindade Jr., S-C. C. Um pensamento, uma região: o legado teórico miltoniano e a compreensão do espaço amazônico. *In*: Mercês, S. S. S.; Gonçalves, M. V. (Org.) *Natureza, sociedade e economia política na Amazônia contemporânea*. Belém: Editora Naea, 2018. p. 69-90; Leite, G. C. S.; Trindade Jr., S-C. C. Meio técnico-científico informacional e fluidez territorial na Amazônia brasileira. *Boletim Goiano de Geografia*, Goiânia, v. 38, n. 3, p. 516-533, set./dez. 2018; Trindade Jr., S-C. C.; Leite, G. C. S. Metrópole e economia urbana na Amazônia: olhando Belém na perspectiva da teoria dos circuitos. *E-Metropolis, Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais*, Rio de Janeiro, n. 36, p. 6-18, mar. 2019.

<sup>39</sup> Santos, M. *Novos rumos para a Geografia brasileira*. *In*: Santos, M. (Org.) *Novos rumos da Geografia brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1982. p. 209-219.

colocava a necessidade de construção de uma geografia brasileira “descolonizada” e cujas preocupações e reflexões estavam pautadas no descentramento, na transescalaridade e nas geografizações dos processos sociais. No caso de Milton Santos, inclusive, há interessantes reflexões suas sobre a Amazônia em alguns de seus estudos, conforme mostraram trabalhos meus próprios<sup>40</sup> e outros que orientei, como a dissertação de mestrado de Helbert Oliveira<sup>41</sup> e a de Gabriel Leite<sup>42</sup>.

Como um pretexto para dialogar com as proposições das “epistemologias do Sul”, de Boaventura de Sousa Santos, tenho nomeado tais contribuições, a exemplo do que outros autores já sugeriram antes, por meio da metáfora “geografias do Sul”. Trata-se, portanto, de uma abordagem que não se confunde com a proposição de Boaventura de Sousa Santos, mas traz reflexões que, sobre outras bases filosóficas e epistemológicas, buscam contribuir com o entendimento da condição social do “Sul global” no período atual. É muito mais uma abertura para um diálogo sobre a Amazônia, enquanto uma região que está duplamente descentrada, que propriamente o enquadramento dela em uma teoria ou epistemologia como forma de melhor defini-la.

Pensar a Amazônia em sua condição de região periférica é um desafio que se situa em duas escalas principais de processos e de sentido de totalidade. De um lado, em relação ao centro do capitalismo no mundo; de outro, em relação à chamada região concentrada no Brasil, que reorienta a nossa situação diante do norte e do sul, respectivamente, para além de nossas localizações absolutas. Essa possibilidade de deslocar olhares e de problematizar as questões atuais a partir da Amazônia, seja em relação ao dito Norte global, seja em relação ao Sul brasileiro, pode, assim, enriquecer as nossas explicações geográficas em relação ao mundo e em relação ao Brasil, abrindo, com isso, possibilidades de construir geografias e leituras mais alternativas sobre o

---

<sup>40</sup> Trindade Jr., S-C. C. Uma leitura da Amazônia a partir da obra de Milton Santos: contribuições da Escola Uspiana de Geografia. *Papers do NAEA*, Belém, n. 366, p. 1-17, 2017; Trindade Jr., S-C. C. Dos geografismos às geografizações: pensando a região e o regional a partir das “geografias do Sul”. *Confins* [En ligne], *Revue Franco-Brésilienne de Géographie*, Paris, n. 44, n. p., mar. 2020. Disponível em : <http://journals.openedition.org/confins/26814>.

<sup>41</sup> Oliveira, H. M. P. A noção de região em Milton Santos: contribuições para pensar a Amazônia. 2019. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

<sup>42</sup> Leite, G. C. S. Por um ordenamento cívico do território: uma reflexão crítica sobre o planejamento urbano e regional a partir da obra de Milton Santos. 2019. 499f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

espaço em seu sentido relativo e relacional, conforme propunha David Harvey<sup>43</sup> a respeito desses dois conceitos.

*FSS: Alguns pensadores do urbano falam sobre a necessidade de uma “nova urbanidade” para se reportar a uma cidade mais orgânica e solidária. É certo que existem alguns exemplos de solidariedades nas cidades brasileiras. Todavia, é muito comum vermos a reprodução de padrões negativos das metrópoles, mesmo em cidades pequenas e/ou médias. Na cidade de Açailândia (MA), por exemplo, com população aproximada de 115 mil hab., não se vê a presença de ciclofaixas, não se observa o incentivo ao transporte coletivo de qualidade, não se trata adequadamente a questão sanitária e do lixo, a população de rua se avoluma (acrescida, sobretudo, pelos migrantes venezuelanos), dentre outros problemas. A questão, que ora se impõe, é: é possível uma nova urbanidade dentro do sistema capitalista? Como seria possível não reproduzir os problemas metropolitanos?*

**Saint-Clair Trindade Jr.:** o processo de metropolização do espaço<sup>44</sup> é uma realidade no território brasileiro e suas consequências também. A Amazônia não foge a isso. Mesmo as comunidades ribeirinhas da região também estão mergulhadas na sociedade de consumo, conforme chamou a atenção a Professora Sandra Lencioni<sup>45</sup>, pois não estão efetivamente isoladas do mundo. Portanto, os problemas metropolitanos estão disseminados de formas diversas em diferentes expressões do modo de vida urbano ou não. De qualquer maneira, penso que seja possível pensar em uma nova urbanidade. Diante disso, resta refletir a condição futura de nossas cidades, voltadas para atender, em primeiro plano, às demandas cidadãs locais, e que nos levem a falar metaforicamente de “cidades para a floresta”. Nessa direção, é importante sinalizar para alguns elementos a fim de que possamos pensar tais cidades para a Amazônia.

Primeiramente, conforme já mencionamos, impõe-se a necessidade de considerar a relação da cidade com o entorno, de forma a não promover o seu distanciamento para com a natureza; esta que não deve ser vista somente como forma a compor paisagismos

---

<sup>43</sup> Harvey, D. A justiça social e a cidade. São Paulo: Hucitec, 1980.

<sup>44</sup> Lencioni, S. Uma nova determinação do urbano: o processo de metropolização do espaço. //r. Carlos, A. F. A.; Lemos, A. I. G. (Org.) Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2003. p. 35-44.

<sup>45</sup> Lencioni, S. Casas do Brasil: habitação ribeirinha na Amazônia. São Paulo: Museu da Casa Brasileira, 2013.

que, em jogo de presença e ausência<sup>46</sup>, apresentam-na como espectro apenas, mas essencialmente devem ser vistas e concebidas na interação cotidiana com os sujeitos que produzem o urbano, expressando uma herança histórica de nossos antepassados que, em muito, ensinaram a resguardar os recursos naturais.

Essa possibilidade de interação requer, por outro lado, projetar arquiteturas e paisagismos capazes de definir um outro urbanismo associado a essa relação há séculos estabelecida entre o homem e seu ambiente, e considerando, dentre outros, os materiais locais, a sazonalidade das águas, o tipo climático, as funcionalidades estabelecidas por meio das vivências cotidianas e também a estética, traduzida nas formas espaciais, nas cores utilizadas e nas identidades culturais locais ou que para a região foram trazidas e nelas se mesclaram. Esse outro urbanismo poderia se prestar, outrossim, à possibilidade de um turismo menos avassalador e de maior aprendizado dos que vêm de fora com as práticas e vivências cotidianas internas.

Aqui se busca levar em conta o cultural, associado aos demais elementos que definem os diversos espaços locais no interior da região. Nesse sentido, o potencial dessas cidades pode ser traduzido por meio de importantes elementos patrimoniais que neles se fazem presentes com certa força de permanência. De maneira diferente, o modelo econômico que domina o ordenamento territorial regional tende a estandardizar essas culturas a pretexto de sua valorização e de inserir os espaços locais em circuitos econômicos mais competitivos.

Exemplo disso é a cultura do boi-bumbá que está presente em vários locais do espaço regional e que traduz uma herança dos migrantes nordestinos que se dirigiram para a Amazônia em ciclos e trajetórias de mobilidades diversas, desde a época do apogeu da extração da borracha. Tais heranças tendem a ser apagadas por essas culturas globalizadas, estandardizadas. Afora isso, as cidades devem se prestar a ser espaços de apoio a determinadas demandas de seu entorno. E aqui nos referimos a serviços e atividades diversas, que possam ser distribuídos para lugares onde os fluxos de mercado não são tão favoráveis.

Outra particularidade de nossas cidades amazônicas é a presença de populações indígenas, trabalhadores extrativistas, pequenos agricultores etc. que produzem o urbano ou que têm muitas de suas demandas cotidianas atendidas nas pequenas e médias cidades próximas dos seus locais de produção econômica e de reprodução sociocultural e que, por isso, precisam de serviços específicos instalados nessas mesmas cidades, assim

---

<sup>46</sup> Lefèbvre, H. La presencia y la ausencia: contribución a la teoría de las representaciones. México: Fondo de Cultura Económica, 2006.

como, algumas vezes, de espaços de acolhimento e de hospedagem próximos dos serviços de que necessitam, como acontece com as populações indígenas.

Nesse caso, tais populações criam fluxos regulares relacionados às suas demandas, reafirmando centralidades de natureza cívica nessas cidades de apoio, ratificando o forte vínculo delas para com a floresta, sugerindo, igualmente um ordenamento cívico-territorial, voltado para a cidadania, em contraponto a um ordenamento precipuamente econômico<sup>47</sup>. Trata-se, nesse caso, de demandas socioculturais diversas e de práticas econômicas de pouco ou nenhum interesse do capital e que acabam por definir centralidades que não aquela de natureza econômica dominante, podendo ser mesmo definidas como centralidades socioterritoriais.

*FSS: Por fim, quais são, na sua opinião, os (di)lemas e desafios práticos e também teóricos a serem enfrentados pelos/as geógrafo/as urbanos/as da Amazônia no século XXI?*

**Saint-Clair Trindade Jr.:** Caro Fagno, do ponto de vista empírico, penso que a Amazônia é um grande campo de pesquisa ainda pouco explorado. Há espaços e demandas para várias pesquisas e esse, talvez, seja um dos principais desafios nossos para entendê-la. Agora, na esteira desse desafio, apresenta-se outro. Não é qualquer pesquisa que atende de fato às demandas das populações que habitam e vivenciam cotidianamente a região. Mais do que qualquer preocupação com estudos que promovam a cobertura de toda a Amazônia por nossos pesquisadores, precisamos de estudos comprometidos com suas questões.

Até bem pouco tempo, por exemplo, eram poucos os geógrafos amazônicos preocupados com determinadas questões cruciais para a nossa região. Muitas dessas demandas de estudos eram atendidas por profissionais de outras áreas que, para nós geógrafos, tornaram-se referência no sentido de compreender a Amazônia. Até hoje me pergunto sobre a quase ausência de profissionais da Geografia dedicados a estudos de sua geomorfologia fluvial, de sua biogeografia, da climatologia amazônica, por exemplo.

Nos estudos urbanos talvez não tenhamos tanto esse dilema, uma vez que há pesquisadores preocupados em conhecer nossas cidades na sua ampla diversidade, ainda que o que temos ainda se mostre insuficiente. Em outros ramos da Geografia Humana, entretanto, talvez essa tendência ainda se mostre lacunar em demasia, como na Geografia

---

<sup>47</sup> Santos, M. O espaço do cidadão. São Paulo: Nobel, 1987.

da População, na Geografia da Saúde, na Geografia dos Transportes e em outros ramos tão importantes para entender as particularidades socioespaciais amazônicas.

Do ponto de vista teórico, penso que o desafio é outro. Da mesma forma que a Amazônia já foi pensada como fronteira econômica do capital, como propôs Bertha Becker<sup>48</sup>, e como fronteira sociocultural e de alteridade, como propôs José de Souza Martins<sup>49</sup>, hoje se delinea uma espécie de “fronteira intelectual” na região, para onde se expande de forma muito positiva a produção científica, que só foi possível porque aumentou o número de profissionais da Geografia titulados e pela difusão das instituições de ensino e pesquisa e dos cursos de graduação e de pós-graduação em Geografia por toda a região.

Não tenho dúvida que o pensamento e a teoria crítica – aquela que rejeita divisões intelectuais do trabalho e formas de compreensão estatais, tecnocráticas e voltadas para o mercado<sup>50</sup> –, especialmente na Geografia Humana, domina o conhecimento que se dissemina na região, mas, acompanhando essa expansão, penso haver também, mesmo no interior do pensamento crítico, uma espécie de alteridade de conhecimento, nem sempre tão saudável, reveladora de uma ânsia de territorializar aqui e acolá uma forma de abordagem do conhecimento geográfico que se pretende dominante. Se, por um lado, isso é bom, porque anuncia a pluralidade do pensar, por outro, o fato de apresentarem projetos políticos muitos próximos, ou mesmo indiferenciados, o grau de sofisticação do pensamento abstrato que anima debates teórico-metodológicos acalorados e, de certa forma, muito interessantes, parece que tem, infelizmente, distanciado possibilidades de ações mais conjuntas que, ao meu ver, fazem-se necessárias para combater a destruição da região por um “inimigo comum”; destruição essa que não tem tido qualquer arrefecimento, especialmente nos últimos anos.

Portanto, penso que, nesse sentido, além de propor conceituações e teorizações que permitam entender melhor a Amazônia e o Brasil na sua diversidade, algo que é necessário e desafiador, o nosso principal dilema tem sido interagir de forma mais efetiva, a partir dos diferentes conhecimentos produzidos nas diversas “amazônias”, e, principalmente, estabelecer um diálogo intelectual mais construtivo cientificamente entre matrizes metodológicas distintas; diálogo esse que possa ser capaz de se converter não em pensamento único, mas em um projeto político de horizontes mais comuns, sem que,

---

<sup>48</sup> Becker, B. *Amazônia*. São Paulo: Ática, 1990.

<sup>49</sup> Martins, J. S. *Fronteira*. São Paulo: Hucitec, 1997.

<sup>50</sup> Brenner, N. *Espaços da urbanização: o urbano a partir da teoria crítica*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018.

para isso, tenhamos que abrir mão de nossas visões de mundo e de nossas diferenças e preferências conceituais e teóricas.

*FSS: Professor, foi um enorme prazer navegar por entre os rios da Geografia Urbana na Amazônia ao adentrar a oficina geográfica de Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior e viajarmos juntos por essa geobiografia e pelos caminhos do espaço amazônico com otimismo e muita competência geográfica. Muito obrigado!*

**Saint-Clair Trindade Jr.:** Eu que lhe agradeço pela gentileza de me entrevistar e por me dar a oportunidade de falar sobre a minha região e sobre a Geografia que para ela penso e que nela coloco em prática no meu dia a dia. Muito obrigado!

## Referências

- Becker, B. (1990). *Amazônia*. São Paulo: Ática.
- Brenner, N. (2018). *Espaços da urbanização: o urbano a partir da teoria crítica*. Rio de Janeiro: Letra Capital.
- Cardoso, S. M. (2018). *A cidade dos invisíveis? Indígenas e impactos de políticas neodesenvolvimentistas em Altamira, sudoeste paraense*. 2018. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém.
- Dardot, P., & Laval, C. (2017). *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. São Paulo: Boitempo.
- Harvey, D. (1980). *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec.
- Harvey, D. (1996). *Justice, nature & the geography of difference*. Oxford: Blackwell.
- Lefèbvre, H. (1992). *Éléments de rythmanalyse: introduction à la connaissance des rythmes*. Paris: Éditions Syllepse.
- Lefèbvre, H. (2006). *La presencia y la ausencia: contribución a la teoría de las representaciones*. México: Fondo de Cultura Económica.
- Lefèbvre, H. (1970). *Le manifeste différentialiste*. Paris: Gallimard.
- Leite, G. C. S. (2019). *Por um ordenamento cívico do território: uma reflexão crítica sobre o planejamento urbano e regional a partir da obra de Milton Santos*. 499f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém.
- Leite, G. C. S., Oliveira, H. M. P., Trindade Jr., & S-C. C. (2018). Um pensamento, uma região: o legado teórico miltoniano e a compreensão do espaço amazônico. In MERCÊS, S. S. S., & Gonçalves, M. V. (Org.) (2018). *Natureza, sociedade e economia política na Amazônia contemporânea*. Belém: Editora Naea, 69-90;
- Leite, G., C. S. Trindade Jr., & S-C. C. (2018). Meio técnico-científico informacional e fluidez territorial na Amazônia brasileira. *Boletim Goiano de Geografia*, Goiânia, 38(3), 516-533.
- Lencioni, S. (2013). *Casas do Brasil: habitação ribeirinha na Amazônia*. São Paulo: Museu da Casa Brasileira.

- Lencioni, S. (2003). Uma nova determinação do urbano: o processo de metropolização do espaço. In Carlos, A. F. A.; Lemos, A. I. G. (Org.) *Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 35-44.
- Lima, M. M. (2020). *Territórios de uso comum na Amazônia: relação sociedade-natureza e modernização do espaço*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém.
- Martins, J. S. (1997). *Fronteira*. São Paulo: Hucitec.
- Oliveira, H. M. P. (2019). *A noção de região em Milton Santos: contribuições para pensar a Amazônia*. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém.
- Oliveira, H. M. P., Trindade Jr., & S-C. C. A Amazônia em Milton Santos: região, globalização e meio técnico-científico-informacional. In Pezzuti, J., Azevedo-Ramos, C. (Org.) *Desafios amazônicos*. Belém: NAEA/UFPA, 2016. 193-224.
- Santos, B. S., & Meneses, M. P. (Org.) (2010). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez.
- Santos, M. (1982). Novos rumos para a Geografia brasileira. In Santos, M. (Org.) *Novos rumos da Geografia brasileira*. São Paulo: Hucitec, 209-219.
- Santos, M. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.
- Smith, N. (1988). *Desenvolvimento desigual*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Trindade Jr., & S-C. C. (2016). "A tua mais completa tradução": uma escola, uma região e uma interlocutora. *Geosp – Espaço e Tempo* (Online), São Paulo, 20(3), 462-480;
- Trindade Jr., & S-C. C. *alii* (Org.) (2009). *Pequenas e médias cidades na Amazônia*. Belém: ICSA/UFPA.
- Trindade Jr., & S-C. C. (2015). Amazônia: leituras geográficas em perspectiva. *Papers do NAEA*, Belém, 355, 1-17.
- Trindade Jr., & S-C. C. (2020). Dos geografismos às geografizações: pensando a região e o regional a partir das "geografias do Sul". *Confins*, Revue Franco-Brésilienne de Géographie, Paris, 44, n. p., mar. <http://journals.openedition.org/confins/26814>.
- Trindade Jr., & S-C. C. Estado e gestão do espaço urbano na Amazônia: a experiência das cidades-empresa. In Carlos, A. F. A.; Lemos, A. I. G. (Org.) (2003). *Dilemas urbanos: novas abordagens sobre as cidades*. São Paulo: Contexto, 136-145.
- Trindade Jr., & S-C. C. (2017). Uma leitura da Amazônia a partir da obra de Milton Santos: contribuições da Escola Uspiana de Geografia. *Papers do NAEA*, Belém, n. 366, 1-17;
- Trindade Jr., & S-C. C. (2017). Uma região em questão: a Amazônia nas lentes da escola Uspiana de Geografia. In Costa, J. M. (Org.) *Amazônia: olhares sobre o território e a região*. Macapá: Editora da UNIFAP, 199-255;
- Trindade Jr., S-C. C. & Leite, G. C. S. (2019). MetrÓpole e economia urbana na Amazônia: olhando Belém na perspectiva da teoria dos circuitos. *E-Metropolis*, Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais, Rio de Janeiro, 36, 6-18.
- Trindade Jr., S-C. C. & Rocha, G. M. (Org.) (2002). *Cidade e empresa na Amazônia: gestão do território e desenvolvimento local*. Belém: Paka-Tatu.
- Trindade Jr., S-C. C. & Santos, T. V. (Org.) (2019). *O urbano e o metropolitano em Belém: (re)configurações socioespaciais e estratégias de planejamento e gestão*. Rio de Janeiro: Consequência.
- Trindade Jr., S-C. C. & Silva, M. A. P. (Org.) (2005). *Belém: a cidade e o rio na Amazônia*. Belém: CFCH/EDUFPA.
- Trindade Jr., S-C. C., & Tavares, M. G. C. (Org.) (2008). *Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências*. Belém: EDUFPA.

Trindade Jr., S-C C. *et alii.* (2014). *Atlas escolar: Pará, espaço geo-histórico e cultural*. João Pessoa: Grafset.

Trindade Jr., S-C. C. (2016). *Formação metropolitana de Belém (1960-1997)*. Belém: Paka-Tatu.

**ABSTRACT:**

Interview conducted on July 27, 2020, with Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior, Professor Titular at the Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) at the Federal University of Pará (UFPA). During the interview, the Amazonian geographer briefly discussed his personal and professional career and how Geography reached him. It carried out reflections on the work of the geographer in the 21st century, passing through the theme of the relationship between development policies and regional territorial ordering, the production of urban space and urban diversity, to the process of strengthening studies in Geography of the Amazon and the effects of large development projects in local realities. Finally, he spoke particularly about the Geographies and Epistemologies of the South with a focus on the Amazon.

**KEYWORDS:** Amazon. Urban Geography. Regional Geography.

**RESUMEN:**

Entrevista realizada el 27 de julio de 2020 a Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior, profesor titular del Centro de Altos Estudios Amazónicos (NAEA) de la Universidad Federal de Pará (UFPA). Durante la entrevista, el geógrafo amazónico habló brevemente de su trayectoria personal y profesional y de cómo la Geografía llegó hasta él. Reflexionó sobre el papel del geógrafo en el siglo XXI, abarcando la relación entre las políticas de desarrollo y la planificación territorial regional, la producción del espacio urbano y la diversidad urbana, y el proceso de fortalecimiento de los estudios en Geografía Amazónica y los efectos de los grandes proyectos de desarrollo en realidades locales. Finalmente, habló particularmente sobre las Geografías y Epistemologías del Sur con foco en la Amazonía.

**PALABRAS CLAVE:** Amazonas. Geografía urbana. Geografía Regional.